



Crítica de Delfim Santos ao Neopositivismo

José Luís Brandão da Luz (2002)

Introdução à Epistemologia - Conhecimento, Verdade e História, Lisboa: INCM, 2002, 182-194.

Nos estudos realizados em Portugal sobre o neopositivismo, destaca-se o que foi publicado pelo Prof. Delfim Santos, em 1938, com o título *Situação Valorativa do Positivismo*. Como explica na introdução, a obra constitui um «estudo crítico do positivismo», que procura submeter a discussão os seus pressupostos teóricos. Foi escrita entre finais de 1936 e princípios de 1937, na sequência duma estada de três anos, como bolseiro, em Viena e Cambridge, para estudo desta influente corrente filosófica.

Se excetuarmos os artigos que Abel Salazar fez publicar em grande número, em vários jornais e revistas portuguesas, entre 1935-1940, e a influência que alguns trabalhos, provenientes das áreas das matemáticas e da física, deixaram transparecer, de forma um tanto colateral, a obra de Delfim Santos foi o primeiro estudo de âmbito filosófico que se publicou em Portugal, com profundidade e largueza de pontos de vista inigualáveis. Seguiram-se depois trabalhos igualmente importantes neste domínio, pela exposição crítica a que submeteram a filosofia neopositivista, como entre outros a dissertação de licenciatura em Histórico-Filosóficas, apresentada por Vitorino Magalhães Godinho, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1940 com o título *Razão e História, Introdução a um Problema*; o livro com que Vasco Magalhães-Vilhena pretendeu apresentar-se a doutoramento na Universidade de Coimbra, *Unidade da Ciência. Introdução a um Problema*, publicado em 1941; o ensaio de Egídio Namorado, em 1945, intitulado *A Escola de Viena e Alguns Problemas do Conhecimento*, quando ainda era aluno finalista do curso de Físico-Química da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Os autores identificam-se em geral com as posições nucleares da escola de Viena, partilhando nomeadamente um certo sentimento antimetafísico, a necessidade imposta pelo desenvolvimento da ciência de redefinir, em novas bases, uma gama de noções a que a filosofia kantiana havia conferido um estatuto *a priori*, a operatividade da lógica, como linguagem unificadora das disciplinas científicas, ao mesmo tempo que formulavam críticas à



ausência da dimensão histórica que o desenvolvimento da ciência impunha e era exigida pela orientação marxista que os inspirava.

O Prof. Delfim Santos, na penetrante análise que nos deixou sobre o positivismo vienense, sublinha a orientação antimetafísica desta escola e o seu projeto de clarificação da linguagem das diferentes disciplinas científicas. O neopositivismo propõe-se definir o sentido dos enunciados discursivos, mas não por meio da descodificação das palavras do discurso, as quais tomadas individualmente não nos dão o sentido da frase. Esta conceção fora propagada pelo convencionalismo, que atribuía aos nomes a faculdade de exprimirem o sentido da realidade. Por isso comparavam a ciência a um dicionário ou a um ficheiro, em que cada nome traduzia, por convenção, o significado de cada coisa.

A compreensão do mundo físico não se revela pela identificação dos elementos atômicos da sua composição, mas passa fundamentalmente pelo «*conhecimento do que lhes dá coesão, ordem, organização*».⁹¹ Da mesma forma, a informação que os elementos dum enunciado transmitem não consegue abranger o sentido que manifestam, o qual passa pela forma como eles se articulam e entram na constituição do discurso. Nem o universo é concebível como um amontoado de coisas, nem a ciência é traduzível num conjunto de nomes ou noções. Pelo contrário, é através dos enunciados discursivos que se poderá exprimir o conhecimento da realidade, ou seja, que é possível apresentar, num sistema coerente, «*a descrição de como as coisas na realidade se passam*».⁹²

O sentido dum enunciado depende da correspondente verificação que dele se pode efetuar, sem o que carece de objetividade e é por isso excluído da categoria dos enunciados científicos. Só a verificação poderá decidir o seu valor de verdade e destacá-lo dos restantes, que carecem de sentido. Todavia, estas noções cardinais do neopositivismo (sentido, verificação e verdade) não foram compreendidas da mesma maneira por todos os elementos do grupo. Se se compreende a verdade dum enunciado pela sua correspondência ou concordância com o facto ou o elemento protocolar que ele enuncia, cai-se no paralelismo convencionalista, que a compreende como um acordo entre as palavras e as coisas. Se, pelo contrário, atendermos à sua coerência, isto é, à sua compatibilização com proposições cuja verdade já foi demonstrada, o discurso científico deverá procurar a verdade na coerência que os enunciados sobre os factos apresentam entre si. No primeiro caso perde-se de vista o seu sentido, que é indecomponível nos seus elementos; no segundo caso, perde-se de vista a relação com os factos. Se a primeira perspetiva, de orientação empirista, toma por modelo o critério de verdade da física, a segunda, de orientação analítica, toma as matemáticas por ideal de verdade.

⁹¹ Delfim Santos, *Situação Valorativa do Positivismo*, em *Obras Completas*, I, p. 62.

⁹² *Ibidem*, p. 63.



Estas duas orientações teóricas, no entanto, ao procurarem definir de forma universal os meios capazes de operar a depuração do conhecimento verdadeiro, parecem sofrer ainda de preocupações metafísicas que tinham decidido eliminar. A pretensão de alcançar um conhecimento verdadeiro constitui um problema herdado da metafísica tradicional, que se manteve suspensa do carácter absoluto e unitário da verdade como idealidade singular a desocultar. Por isso, Reichenbach propôs apagar os vestígios de monismo metafísico de ambas as teorias, compreendendo a verdade em termos de probabilidade. Nem todos os enunciados científicos têm os seus créditos firmados em factos que possam ser objeto de percepção sensível. A biologia e a psicologia admitem enunciados de natureza reflexiva e sem correspondência protocolar. E mesmo os enunciados que formulam a ocorrência de fenómenos que ainda se não observaram, como acontece com as previsões que, cada vez mais, fazem o sucesso e a popularidade da ciência, a sua veracidade não dispõe da garantia dos eventos que ainda não ocorreram.

Deveremos certamente admitir que se a previsão expressa por um enunciado não fosse percebida como verdadeira, o cientista a não teria formulado. As previsões, por exemplo, dum eclipse do Sol ou do estado atmosférico do tempo, feitas cada vez com mais antecedência e precisão pelos astrónomos e meteorologistas, são verdadeiras antes que qualquer processo de verificação possa ocorrer. Elas têm por base, não uma percepção imediata do fenómeno, mas *«a mesma probabilidade que as estatísticas afirmam para casos idênticos já anteriormente verificados»*.⁹³ Para Reichenbach a ciência não se compreende nos termos duma bivalência lógica de verdade e de falsidade, mas no âmbito das possibilidades duma lógica probabilista.

A conceção probabilista de verdade exposta por Reichenbach, embora tivesse correspondido ao propósito de neutralizar influências metafísicas que as conceções empirista e analítica não conseguiram precaver, acabou por comprometer o critério de demarcação entre os enunciados cuja veracidade se pode determinar e os enunciados falsos e sem sentido, que não pertencem ao domínio do conhecimento científico. Delfim Santos reconhece mérito a Reichenbach por ter chamado a atenção para a necessidade de admitir, no conhecimento do mundo físico, outras valências de verdade para além da disjunção que a lógica clássica admitia, mas não acha defensável a proposta de reduzir a noção de verdade a um mero cálculo de probabilidades: *«substituir a verdade por 'verdades' é anular a verdade»*.⁹⁴ Haverá que distinguir entre a orientação ontológica ou metafísica que esta afirmação pressupõe e a perspetiva metodológica de considerar o problema da verdade, que é a que interessa ao domínio da ciência. Neste caso o acesso à verdade faz-se por variados caminhos, em que uns passam pela adequação entre os enunciados e as percepções, outros pela coerência dos

⁹³ *Ibidem*, p. 67.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 69.



enunciados entre si, outros pela probabilidade da verificação dos enunciados e outros ainda pela consonância que os enunciados apresentam com as nossas crenças e convicções mais profundas. O processo que conduz ao conhecimento verdadeiro nas matemáticas é diferente do que é utilizado em física, biologia ou psicologia, por exemplo. E mesmo entre estas disciplinas, o critério de verdade não é necessariamente o mesmo em todas elas.

A verdade ou a falsidade não são propriedades das coisas ou dos fenómenos, mas são “qualidades” que os nossos enunciados revestem ao se referirem à realidade, isto é, são «*o sentido ou o significado que real ou simbolicamente lhe emprestamos*».⁹⁵ Constitui tarefa da razão, que se dispõe servir o conhecimento da verdade nas ciências, «*preparar os meios úteis e necessários para que a visão das coisas, como elas são, seja possível*».⁹⁶ Mas este esforço metodológico da razão não tem como referência o que as coisas são na verdade do seu ser, mas os enunciados que proferimos sobre elas. Desta forma, o conhecimento científico, mais do que o problema da verdade ou da falsidade das coisas, preocupa-se antes com a correção ou a inexatidão da expressão dos nossos enunciados. As coisas em si mesmas não são nem verdadeiras nem falsas, só a descrição que delas fazemos ou a determinação das leis que exprimem a sua regularidade é que poderão ser verdadeiras ou falsas. A expressão que poderemos dar da realidade, apesar de ser adequada, pode não traduzir necessariamente toda a sua verdade, pelo que se não poderá com propriedade dizer que o conhecimento se identifica com a verdade. Delfim Santos prefere por isso pensar o conhecimento, não como a expressão da verdade, mas como «*uma conquista ao erro*».⁹⁷

Outro aspeto da crítica de Delfim Santos dirige-se à pretensão do neopositivismo de atribuir à logística a capacidade de exprimir em termos rigorosos todas as formas de relação em que se poderá traduzir o conhecimento da realidade. No entanto, não é legítimo pensar que se possa tomar o “universo” por aquilo que não passa senão duma simples conceção a seu respeito. A lógica simbólica só pode dar expressão ao que na realidade é suscetível de ser traduzido sob a forma de relações. Porém a realidade admite outras formas de identificação, desde a ordenação dos objetos e das qualidades por conjuntos até à ocorrência de séries aleatórias. Além do mais, as relações que a logística considera são esquemas meramente formais ou de dimensões abstratas das coisas. Tal constitui uma simplificação da realidade que é insuficiente para dar origem a um conhecimento do real, que «*é mais do que o abstrato ou o conjunto de abstratos em que metodologicamente é dividido*».⁹⁸ Porque a realidade concreta de que a ciência se ocupa não fica adequadamente representada pelos seus substitutos abstratos, haverá que atender à sua integração, ou seja, confrontar as

⁹⁵ *Ibidem*, p. 71.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 70.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 71.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 78.



abstrações com os seus referentes originais que as corrigem e completam. Sem pretender desvalorizar o contributo da logística para dar expressão a algumas das relações no plano lógico e no plano real, Delfim Santos adverte contra o abuso da generalização excessiva que consiste em tomar como expressão adequada da realidade aquilo que constitui apenas uma forma parcelar de a considerar. Desta forma, a crítica a que submete a utilização da logística como expressão comum de todo o conhecimento científico «*é mais contra o que dela se espera do que contra ela mesma*».⁹⁹ Além disso, a utilização da logística reflete as limitações de que também enferma a lógica clássica relativamente aos propósitos que visam a criatividade ou a descoberta científica, isto é, ambas cumprem fundamentalmente um desígnio meramente demonstrativo de legitimação dos enunciados.

Para além da forma lógica dum enunciado, haverá que atender ao sentido que ele transmite e que não é determinável pela redução a eventuais elementos atômicos, pois o «*sentido não se deixa decompor*».¹⁰⁰ Uma proposição pode dar origem a sentidos diversos pelo que não existe correspondência entre o sentido e a forma que um enunciado reveste. O sentido mostra-se transcendente em relação à forma pelo que nem sempre poderá ser inferido a partir da forma dum enunciado, como o autor exemplifica com a proposição “a cadeira está à direita da mesa”, em que, contrariamente ao que a frase indica, o termo “cadeira” aparece à esquerda do termo “mesa”.

Além disso, um enunciado só poderá encontrar os meios lógicos de verificação do sentido num período posterior, em que se ultrapassaram as limitações e os constrangimentos que anteriormente se verificavam. O sentido dum enunciado não se cristaliza no tempo, mas constitui-se através da história na medida em que esta vai alargando os horizontes culturais e de pensamento de cada um. A evolução da ciência encarrega-se de conferir sentido a enunciados que anteriormente o não possuíam, de destituir de sentido outros que o possuíam, e de retificar ainda enunciados que entretanto ganharam novas dimensões. Desta forma facilmente se compreende ser «*inteiramente impossível numa determinada época afirmar que tal proposição não terá nunca sentido, porque é variável a capacidade de verificação prática e também a capacidade de imaginação das condições lógicas necessárias para dar sentido a uma proposição*».¹⁰¹ O monismo unitarista do neopositivismo, ao tomar por definitivo o que até então é considerado como verdadeiro, mostra-se completamente insensível para com a dimensão histórica do conhecimento científico.

Esta falta de consciência histórica permite compreender a forma sentenciosa como o neopositivismo realiza a triagem entre os enunciados com sentido e os que

⁹⁹ *Ibidem*, p. 80.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 86.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 89.



carecem dele, assim como a dificuldade que experimenta para explicar os desmentidos a que posteriormente são submetidas certas proposições cuja verdade se apresentava como definitivamente consolidada pela verificação empírica. O “erro” e a “ilusão” permanecem sempre de forma latente em todos os processos de verificação dum enunciado. A verificação está sujeita a interferências de teor psicológico que podem falsear os seus propósitos, mas está também sujeita aos desmentidos que ulteriores observações poderão provocar. Por conseguinte, a verificação reveste sempre *«um valor relativo suscetível de correção e não pode ser considerado valor irreduzível e absolutamente último, como pretende o positivismo. E se ilusão e erro forem considerados como sempre possíveis, as proposições sem sentido em determinado momento poderão tomar-se posteriormente proposições de sentido bem definido, como a história da ciência nos mostra ter acontecido»*.¹⁰²

Também a opção fiscalista de reduzir a realidade à sua expressão discursiva restringe o domínio da ciência a um sistema de leis e à coordenação lógica dos quadros nocionais e teóricos que permitem explicar e interpretar os fenómenos. Esta orientação perde o seu enraizamento na realidade que, para não dar ocasião a desvios metafísicos, indesejáveis, se reconhece adequadamente traduzida no sistema de leis que a procura explicar. Mais uma vez, o autor denuncia o que supomos ser a derrapagem dogmática do neopositivismo, que, esquecendo a possibilidade de a verificação dum enunciado ser meramente ilusória, não reconhece o papel decisivo da realidade para ultrapassar as dissonâncias que entretanto poderão surgir.

Aliás, é também por interferência da realidade enquanto algo de irreduzível à expressão discursiva que possamos formular, que podemos compreender por exemplo por que razão para explicar um mesmo fenómeno optamos por uma teoria entre duas igualmente bem constituídas logicamente. A história da ciência tem-se mostrado em consonância com esta perspetiva: *«O progresso das formas de conhecimento é marcado pela integração de novos elementos de descobertas que até aí eram considerados como inexistentes. A realidade é um produto de descoberta e não um registo de dados. Só nos é dado aquilo que nós temos capacidade de receber, mas todo o esforço da ciência pode exprimir-se como sendo conquista do que não é dado, conquista de elementos para os quais nos faltam totalmente órgãos sensoriais de registo que o dado, para ser admitido como tal, sempre requer. Positivismo é descrença do novo ou elevação do novo a definitivo e imutável, mas ciência é no seu efetivo decurso talvez o contrário de tudo isso»*.¹⁰³

As pretensões do neopositivismo de justificar a atividade objetivadora da razão pela verificação dos dados dos sentidos enfrentam um círculo vicioso iniludível nos apelos feitos à razão e à sensibilidade. Com efeito, se os enunciados que a razão elabora carecem de verificação da experiência, que os pode corrigir e até falsificar, por

¹⁰² *Ibidem*, p. 90.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 92.



sua vez os dados dos sentidos carecem de ser reconstruídos por meio da ação coordenadora da razão, já que a realidade só se nos torna acessível para além do embate da aparência das primeiras impressões. Porque os sentidos não têm a capacidade de discernir entre o que é real e o que é aparente, será a razão a fazer esta distinção. Mas os enunciados da razão sobre o mundo exterior só têm sentido quando são verificados pela realidade que é percebida pelos sentidos. Como sair deste círculo, pergunta o autor, em que «*os dados dos sentidos devem ser corrigidos pela razão, e a razão, por sua vez, deve ser corrigida pelos dados dos sentidos*»?¹⁰⁴

O conhecimento humano oscila entre duas regiões-limite que permanentemente se retraem às suas incessantes aproximações. Dum lado, as sensações, ou o ato de sentir, remetem-nos para a realidade em si do que é sentido (*sensum*), do outro lado, a atividade da razão orienta-nos na direção dum ideal em si, de que as idealidades matemáticas são exemplo. O conhecimento humano distende-se entre “esses dois estranhos mundos” que marcam as fronteiras do seu terreno, ou seja, «*o extremo máximo do que o homem é capaz no sentido da sensibilidade e no sentido do entendimento*».¹⁰⁵ É neste cenário que o autor apresenta a sua distinção entre ideia, conceito e imagem, apoiando-se num texto de Locke segundo o qual as ideias propriamente ditas são “as que o espírito encontra dentro de si mesmo”, os conceitos são produto da sua atividade criativa — “aqueles que o espírito mesmo cria” — e, finalmente, as imagens, “que ele recebe de fora”.¹⁰⁶

Para o neopositivismo, onde o *a priori* não constitui fonte de sentido da realidade, as ideias estão identificadas aos conceitos que o espírito elabora a partir das sensações. É a verificação experimental que torna inteligíveis as construções da razão, sendo a redução aos dados da perceção que garante a comprovação da racionalidade dum enunciado discursivo, ou seja, que assegura a sua explicação. O autor procura mostrar a inconsequência desta visão reducionista que identifica explicação a comprovação experimental, chamando a atenção para o caráter vicioso desta conceção em que a consistência de cada um dos polos da relação depende do apoio que o outro polo lhe concede. Com efeito, argumenta Delfim Santos, a explicação só tem lugar quando não é possível fazer coincidir um enunciado com a realidade que ele descreve. Havendo coincidência, não se experimenta a necessidade de proceder a qualquer tipo de explicação já que esta só tem em vista dissolver a obscuridade que as situações aparentam, ao não serem identificadas por nenhuma das categorias que a razão domina. A explicação responde, assim, à preocupação de dominar as coisas de que se depende por intermédio de artifícios que estabeleçam a homologia entre a

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 162.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 163.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 164.



realidade e o pensamento, ou seja, que, em última análise, procurem viabilizar «a descrição de aspetos reais indescritíveis»,¹⁰⁷ que se procura a todo o custo compreender.

Como Delfim Santos mais tarde escreveu, o conhecimento constitui uma forma astuciosa de o homem dominar o mundo por meio duma diversidade de instrumentos, tais como, «*símbolos, conceitos, imagens, etc., com os quais se propõe penetrá-lo racionalmente até ao mais abscondito*».¹⁰⁸ Como acontece na explicação científica, este esforço de integrar o mundo nas nossas categorias de pensamento corresponde ao empenho, mais ou menos consistente do espírito humano, de procurar ordenar a natureza, ou através da lei que une os diferentes momentos da série dos fenómenos, ou por meio da identificação, quer das consequências, a partir do conhecimento dos seus antecedentes, quer dos antecedentes, a partir do conhecimento dos seus efeitos. Este é o procedimento que corresponde aos casos em que apenas um dos extremos da série dos fenómenos é conhecido, as causas ou os efeitos, conforme sejam tomados ou como antecedentes ou como consequentes da série. No primeiro caso pretende-se conhecer os estados consequentes a partir do extremo conhecido da série, que é o termo antecedente; no segundo caso, procura-se determinar os princípios ou condições da série de fenómenos que diretamente se conhecem. Ao contrário do esquema anterior, que procede do conhecimento da causa para o efeito, neste último caso procura-se a causa a partir dos efeitos. É um processo regressivo e de natureza hipotética, já que o termo desconhecido (a causa) se situa, na série temporal, antes dos termos conhecidos (os efeitos). No entanto, este tipo de explicação causal permanecerá sempre como uma hipótese, uma vez que o fluxo temporal dos acontecimentos em que a causa teria ocorrido é irreversível. Esta forma de explicação, que parte do conhecido para o desconhecido, ao fazer apelo a um princípio explicativo situado fora do tempo acaba por se tornar inverificável, caindo por isso fora dos padrões canónicos do neopositivismo. Trata-se pois dum tipo de explicação causal de teor metafísico, assente num termo que é irreal por ser heterogéneo com aqueles de que se tem conhecimento direto.

A explicação racional do mundo compreende-se, assim, a partir de «*artifícios de explicabilidade talvez úteis e também algumas vezes inúteis mas que, de certo modo, ou servem para a compreensão das coisas ou servem para a satisfação da necessidade de criação que impele o homem*».¹⁰⁹ O conhecimento não se limita a refletir a sucessão dos acontecimentos que fazem parte da experiência de vida de cada sujeito, mas integra-a numa ordem, que lhe confere unidade e sentido, sem o que tudo se tornaria incompreensível ou inexplicável. A explicação causal cumpre este desígnio que a atividade científica desenvolve de forma criteriosa. Mas o esforço explicativo dos fenómenos que o homem procura levar a cabo pode tomar o rumo do que o autor

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 165.

¹⁰⁸ *Idem*, Conhecimento e Realidade, *ibidem*, p. 285.

¹⁰⁹ *Idem*, Situação Valorativa do Positivismo, *ibidem*, p. 169.



designa uma “ontologia do imaginário”, que corresponde à tendência muito enraizada no pensamento humano de se deixar seduzir por ficções que imagina, sem ter por base o conhecimento das situações que procura compreender.

Em qualquer dos casos, ao nível da ciência e da metafísica, como também da ficção poética, da criação plástica, etc., a compreensão dos acontecimentos aparece suspensa de “ferramentas” ou de “instrumentos” que a astúcia humana forja e que revestem a forma de ideias, conceitos e imagens, mas também de princípios, causas, leis, modelos, etc. Certamente que todos esses elementos são peças importantes da compreensão dos acontecimentos, mas não deixarão de continuar a ser simples “instrumentos” de interpretação. Desta forma, tomar o domínio da representação como expressão duma realidade que os conceitos ou imagens não possuem, equivale a uma decisão arbitrária que pode conduzir ao despiste do pensamento. O neopositivismo, ao relegar para o domínio duma especulação metafísica desprovida de sentido qualquer consideração acerca da realidade em si do universo, circunscreveu a sua análise ao domínio que a discursividade linguística é capaz de exprimir, apoiando-se assim na visão proposta por Wittgenstein de que a linguagem é o limite do mundo. Daqui deriva a hipervalorização concedida à estrutura formal do discurso como base comum da unificação do saber, e a ideia de que o universo pode ser reconstruído a partir de elementos últimos, o que poderá ter sentido aos níveis do funcionamento orgânico e da explicação mecânica dos fenómenos do mundo físico, mas não poderá extravasar estas regiões.

Daqui decorre a ausência de critério que estabeleça para a análise lógica do discurso o seu limite de clarificação. Ou seja, como o autor interroga: *«Quais os elementos lógicos que dão à análise a segura garantia que a sua missão terminou?»*¹¹⁰ Se não é a realidade do mundo exterior, que a análise positivista desativou, serão então os elementos que a própria análise lógica propõe como limite, isto é, as suas estruturas nocionais e formais. Desta forma, os termos últimos de compreensão do mundo não deixam de constituir uma tomada de decisão arbitrária, mas que condiciona toda a atividade cognoscitiva que nela se apoia.

O projeto neopositivista duma conceção científica do mundo a partir de fundamentos racionais que asseguram a sua objetivação mostra assim a sua inevitável vulnerabilidade. É que a base do processo de objetivação em que o neopositivismo se apoia condiciona irremediavelmente os seus resultados, pois o esforço de objetivação da realidade é incomensurável com o domínio que o conhecimento pretende objetivar. Os princípios do conhecimento não são coincidentes com os princípios do ser, ou seja, a ordem lógica não abrange integralmente a ordem real da existência: *«Há sempre qualquer coisa que em cada época está para além do objetivo (e objetivo significa objetivado ou tornado objeto pelo pensamento), isto é, para além daquilo que o pensamento*

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 179.



www.delfimsantos.org

*pode objetivar. E o progresso epocal do conhecimento consiste em identificar objetivado com realidade, o que por sua vez será descoberto e emprestará uma nova tonalidade na posição científica da época que o descobriu e denunciou o ilegítimo da identificação».*¹¹¹

O pensamento cria o seu objeto em função dos quadros de significação que dispõe, pelo que não será possível reduzir a realidade ao que o pensamento consegue objetivar. A realidade inclui também o transobjetivo, como Delfim Santos desenvolveu em obras posteriores. Por isso, conclui, é uma generalização abusiva a ideia defendida pelo neopositivismo de tomar por realidade o “ponto de vista” que numa época constitui a expressão que o conhecimento científico logrou alcançar.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 180.